

## Relatório da Administração

Senhores,

Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e ao dispositivo da Lei 6.404/76, divulgamos neste ato, o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

### 1. Política de Destinação dos Lucros

A Companhia, de acordo com as disposições estatutárias, deve distribuir no mínimo 1% do lucro do exercício.

A Administração propôs a distribuição total dos lucros apurados no exercício de 2019, e pagamento de dividendos intercalares, o que será referendado pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a ser realizada até 30 de abril de 2020.

### 2. Negócios Sociais

A Companhia, em linha com a expectativa de uma melhora no cenário macroeconômico, segue focada na retenção de seus clientes, direcionando esforços não só em oferecer produtos mais acessíveis, mas também no atendimento qualificado e com soluções para pagamento e redução da inadimplência e sinistralidade.

### 3. Reorganização societária

A Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e suas controladas em 2019 e 2018:



### 4. Principais Investimentos

A Companhia mantém investimento direto na controlada Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. no montante de R\$ 38.555 e na controlada Q.Saúde Operadora de Plano de Saúde Ltda. no montante de 12.465. (Valor atualizado em 31 de dezembro de 2019).

### 5. Outros assuntos

A Companhia não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

Nossa emissão de debêntures está detalhada na nota explicativa nº 16 das demonstrações financeiras de 2019.

Informamos também que o Conselho de Administração de sua controladora aprovou, em 13 de janeiro de 2020, a contratação de operação de alienação de todas as atividades, ativos e passivos da Qsaúde para o Sr. José Seripieri Filho, acionista de sua controladora. Nesse contexto, o Grupo Qualicorp celebrou, nesta mesma data, o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, cuja validade e eficácia ficou condicionada, dentre outras condições, à aprovação pela Assembleia Geral da Companhia (“AGE”).

A AGE realizada em 30 de janeiro de 2020 analisou, aprovou e ratificou pelos acionistas a recomendação do Conselho de Administração dos seguintes termos: (i) alienação pela Companhia da totalidade das quotas de emissão da controlada Qsaúde Operadora de Planos de Saúde Ltda. para o Sr. José Seripieri Filho, nos

termos da Proposta de Administração e contrato disponibilizado no valor de R\$ 51.083; **(ii)** todo e qualquer valor que tenha sido ou venha a ser custeado pelas vendedoras para pagamento de despesas e custos fixos e ordinários para fins de cumprimento das obrigações assumidas pela Qsaúde como parte do seu plano de iniciar suas atividades operacionais entre 31 de dezembro de 2019 até data de Fechamento, **(iii)** na concessão de liberação parcial e restrita das obrigações de não competição e não aliciamento de clientes, fornecedores, distribuidores e/ou parceiros comerciais, assumidas pelo Sr. José Seripieri Filho no Contrato de Assunção de Obrigação de Não Alienação de Ações e Não Competição de Negócios, celebrado com o Grupo Qualicorp em 28 de setembro de 2018; e **(iv)** na celebração de contrato de parceria comercial entre sua controladora, a Companhia e a Qsaúde para regular o oferecimento de produtos.

A efetivação da compra e venda está sujeita à aprovação Agência Nacional da Saúde, ANS que está analisando essa solicitação.

E por fim, a Companhia não investiu em programas voltados a promoção e prevenção de saúde. Os principais investimentos no ano de 2019 foram voltados à aquisição de intangível no valor de R\$ 11.151 e adiantamentos para futuro aumento de capital da controlada Qsaúde no valor de R\$ 28.680, conforme demonstrado em nosso fluxo de caixa das atividades de investimento.

---

# **Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.**

***Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2019  
e relatório do auditor independente***

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa correspondente abordagem de auditoria, foram modificados em relação ao exercício anterior pela exclusão de PAA sobre o ambiente de tecnologia da informação, em face da implementação, em 2019, de software integrado de gestão (ERP) corporativo para os processos críticos e relevantes para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p><b>Reconhecimento de receita (Notas 3(xi) e 21)</b></p> <p>Uma das principais fontes de receita da Companhia e suas controladas, é a taxa de administração, reconhecida mensalmente com base no sistema interno de gerenciamento de beneficiários. Em decorrência do modelo de negócio, existem diferenças temporais entre o faturamento pelos serviços prestados e o montante a pagar reconhecido pelas operadoras, as quais são monitoradas através dos controles internos da Companhia e suas controladas.</p> <p>Esse assunto permanece uma área de foco de nossa auditoria, pelo risco observado do reconhecimento de receita fora do período de competência, considerando a existência das diferenças temporais relacionadas ao faturamento pelos serviços prestados.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(a) Atualização do entendimento dos critérios de reconhecimento de receitas adotados pela administração, que suportam a contabilização das taxas de administração e de corretagem ao longo do exercício.</li><li>(b) Teste, com base em amostragem, dos contratos firmados com os beneficiários ou com as operadoras.</li><li>(c) Teste da reconciliação dos saldos e dos ajustes relacionados ao controle das diferenças temporais relacionadas ao faturamento pelos serviços prestados e os valores a pagar para as operadoras.</li><li>(d) Confronto dos recebimentos subsequentes a dezembro de 2019 com a respectiva documentação-suporte.</li></ul> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para o reconhecimento da receita no correto período de competência, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, são apropriados em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

**Valor recuperável do ágio (Notas 3(ix) e 12)**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras consolidadas, ágio por expectativa de

Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de ativos, aplicamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

---

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p>rentabilidade futura no montante de R\$ 386.073 mil, referente a aquisições realizadas em anos anteriores.</p> <p>A Administração elabora, anualmente, teste para avaliar a necessidade, ou não, de redução do ágio ao seu valor recuperável (teste de <i>impairment</i>).</p> <p>Esse assunto permanece uma área de foco de nossa auditoria, devido à relevância do saldo de ágios no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e por envolver julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, em relação às projeções de fluxos de caixa futuros relacionados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) às quais o ágio é alocado. Variações nas principais premissas utilizadas, como taxa de crescimento das receitas e taxa de desconto, entre outras, podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável do ágio, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>(a) Atualização do entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela administração para projetar os fluxos de caixa descontados a valor presente.</p> <p>(b) Avaliação da coerência geral lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa futuro e avaliação da razoabilidade das premissas significativas: receita e taxa de desconto.</p> <p>(c) Recálculo da taxa de desconto considerando parâmetros de mercado.</p> <p>(d) Recálculo do valor presente dos fluxos de caixa, bem como análise de sensibilidade para avaliar situações em que as variações resultariam na eventual necessidade de registro de perda não reconhecida.</p> <p>Consideramos que, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, os critérios e premissas adotados pela administração na avaliação do valor recuperável do ágio registrado nas aquisições são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.</p>

---

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2020



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5



Fábio Cajazeira Mendes  
Contador CRC 1SP196825/O-0

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2019		31/12/2018			Nota Explicativa	31/12/2019		31/12/2018	
		Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)			Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
<b>ATIVO</b>						<b>PASSIVO</b>					
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>555.104</b>	<b>610.248</b>	<b>725.790</b>	<b>757.354</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>324.660</b>	<b>339.241</b>	<b>693.858</b>	<b>704.156</b>
Disponível	7	108.513	140.177	80.374	101.978	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	13	223.967	229.429	267.107	270.635
Realizável		446.591	470.071	645.416	655.376	Contraprestações / Prêmios a Restituir		16.696	17.837	30.520	31.330
						Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	13.1	58.428	62.447	44.975	47.347
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>8</b>	<b>187.116</b>	<b>192.422</b>	<b>322.059</b>	<b>326.835</b>	Débitos de Operações de Administração de Benefícios	13.2	148.843	149.146	191.612	191.958
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		19.902	25.208	25.965	30.741	<b>Provisões</b>		<b>9.362</b>	<b>11.513</b>	<b>10.405</b>	<b>11.700</b>
Aplicações Livres		167.214	167.214	296.094	296.094	Provisão para IR e CSLL		9.362	11.513	10.405	11.700
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	<b>9</b>	<b>112.273</b>	<b>117.636</b>	<b>106.867</b>	<b>111.045</b>	<b>Tributos e Encargos Sociais a Recolher</b>		<b>16.238</b>	<b>17.324</b>	<b>10.033</b>	<b>10.327</b>
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		112.273	117.636	106.867	111.045	<b>Empréstimos e Financiamentos a Pagar</b>	<b>14</b>	<b>8.075</b>	<b>8.075</b>	<b>352.719</b>	<b>352.719</b>
<b>Créditos Tributários e Previdenciários</b>		<b>13.783</b>	<b>14.027</b>	<b>3.306</b>	<b>3.499</b>	<b>Débitos Diversos</b>	<b>15</b>	<b>67.018</b>	<b>72.899</b>	<b>53.594</b>	<b>58.775</b>
<b>Bens e Títulos a Receber</b>	<b>10</b>	<b>131.253</b>	<b>136.841</b>	<b>209.763</b>	<b>210.576</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>331.962</b>	<b>333.370</b>	<b>47.733</b>	<b>48.465</b>
<b>Despesas Antecipadas</b>		<b>2.166</b>	<b>9.145</b>	<b>3.421</b>	<b>3.421</b>	<b>Provisões</b>		<b>39.579</b>	<b>40.987</b>	<b>35.905</b>	<b>36.637</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>608.387</b>	<b>569.231</b>	<b>668.974</b>	<b>648.440</b>	Provisões para Tributos Diferidos		-	-	-	-
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>56.742</b>	<b>56.867</b>	<b>100.371</b>	<b>100.677</b>	Provisões para Ações Judiciais	16	39.579	40.987	35.905	36.637
Créditos Tributários e Previdenciários		37.483	37.483	84.346	84.346	<b>Empréstimos e Financiamentos a Pagar</b>	<b>14</b>	<b>288.915</b>	<b>288.915</b>	-	-
Depósitos Judiciais e Fiscais		13.793	13.918	7.092	7.108	<b>Débitos Diversos</b>	<b>15</b>	<b>3.468</b>	<b>3.468</b>	<b>11.828</b>	<b>11.828</b>
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		5.466	5.466	8.933	9.223	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>506.869</b>	<b>506.869</b>	<b>653.173</b>	<b>653.173</b>
<b>Investimentos</b>		<b>53.327</b>	<b>33</b>	<b>28.620</b>	<b>33</b>	<b>Capital Social</b>	<b>17</b>	<b>276.366</b>	<b>276.366</b>	<b>276.366</b>	<b>276.366</b>
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		53.294	-	28.587	-	<b>Reservas</b>		<b>230.503</b>	<b>230.503</b>	<b>376.807</b>	<b>376.807</b>
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência à Saúde		53.294	-	28.587	-	Reservas de Capital		92.514	92.514	80.425	80.425
Outros Investimentos		33	33	33	33	Reservas de Lucros		137.989	137.989	296.382	296.382
<b>Imobilizado</b>		<b>6.691</b>	<b>9.886</b>	<b>8.579</b>	<b>8.814</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.163.491</b>	<b>1.179.479</b>	<b>1.394.764</b>	<b>1.405.794</b>
Imobilizado de Uso Próprio		1.172	1.430	8.579	8.814						
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		1.172	1.430	2.113	2.347						
Imobilizações em Curso		-	2.937	-	-						
Outras Imobilizações		5.519	5.519	6.466	6.466						
<b>Intangível</b>	<b>12</b>	<b>491.627</b>	<b>502.445</b>	<b>531.404</b>	<b>538.916</b>						
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.163.491</b>	<b>1.179.479</b>	<b>1.394.764</b>	<b>1.405.794</b>						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2019		31/12/2018	
		Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
<b>Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>1.190.734</b>	<b>1.239.975</b>	<b>1.164.451</b>	<b>1.202.412</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		1.275.642	1.328.391	1.247.708	1.288.376
Receitas com Administração		1.275.642	1.328.391	1.247.708	1.288.376
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(84.908)	(88.416)	(83.257)	(85.964)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>1.190.734</b>	<b>1.239.975</b>	<b>1.164.451</b>	<b>1.202.412</b>
<b>Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>10.304</b>	<b>10.568</b>	<b>2.425</b>	<b>2.881</b>
Outras Receitas Operacionais		10.304	10.568	2.425	2.881
<b>Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>(190.620)</b>	<b>(200.119)</b>	<b>(195.311)</b>	<b>(210.667)</b>
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	18	(127.625)	(132.840)	(101.774)	(105.947)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	9	(62.995)	(67.279)	(93.537)	(104.720)
<b>Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>(14.268)</b>	<b>(17.100)</b>	<b>(17.098)</b>	<b>(17.280)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>996.149</b>	<b>1.033.324</b>	<b>954.467</b>	<b>977.346</b>
Despesas Administrativas	18	(396.211)	(429.251)	(359.344)	(376.330)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>19</b>	<b>(3.016)</b>	<b>(4.098)</b>	<b>(3.864)</b>	<b>(5.726)</b>
Receitas Financeiras	19	54.076	57.441	54.871	57.292
Despesas Financeiras	19	(57.092)	(61.539)	(58.735)	(63.018)
<b>Resultado Patrimonial</b>		<b>(3.059)</b>	<b>-</b>	<b>1.632</b>	<b>-</b>
Receitas Patrimoniais		20.572	-	6.164	-
Despesas Patrimoniais		(23.631)	-	(4.532)	-
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>593.863</b>	<b>599.975</b>	<b>592.891</b>	<b>595.290</b>
Imposto de Renda	20	(113.030)	(117.454)	(104.638)	(106.324)
Contribuição Social	20	(40.540)	(42.147)	(37.844)	(38.468)
Impostos Diferidos	20	(46.862)	(46.862)	(59.237)	(59.237)
Participações sobre o Lucro		(5.555)	(5.636)	(6.664)	(6.753)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>387.876</b>	<b>387.876</b>	<b>384.508</b>	<b>384.508</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	387.876	387.876	384.508	384.508
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	387.876	387.876	384.508	384.508

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reserva de capital Opções outorgadas de ações	Reservas de lucros Legal	Outros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total consolidado
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>		276.366	79.863	55.273	316.901	-	728.403
Lucro líquido do exercício (Reapresentado)	17	-	-	-	-	384.508	384.508
Pagamento de dividendos		-	-	-	(316.901)	-	(316.901)
Dividendo adicional proposto (Reapresentado)	17	-	-	-	241.109	(241.109)	-
Distribuição de dividendos antecipados a controladores	17	-	-	-	-	(143.399)	(143.399)
Opções outorgadas reconhecidas	22	-	562	-	-	-	562
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (REAPRESENTADO)</b>		276.366	80.425	55.273	241.109	-	653.173
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	-	387.876	387.876
Pagamento de dividendos	17	-	-	-	(232.591)	-	(232.591)
Dividendo adicional proposto	17	-	-	-	74.198	(74.198)	-
Distribuição de dividendos antecipados a controladores	17	-	-	-	-	(313.678)	(313.678)
Ações restritas	22	-	11.918	-	-	-	11.918
Opções outorgadas reconhecidas	22	-	171	-	-	-	171
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>		276.366	92.514	55.273	82.716	-	506.869

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

	Nota explicativa	31/12/2019		31/12/2018	
		Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
(+) Recebimentos de planos de saúde		10.559.964	10.965.092	10.261.764	10.583.275
(+) Resgate de aplicações financeiras		385.390	385.390	152.143	152.643
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		8.448	9.911	-	-
(+) Outros Recebimentos Operacionais		33.323	34.941	22.234	22.633
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(9.353.953)	(9.718.838)	(9.115.593)	(9.401.694)
(-) Pagamentos de Comissões		(23.445)	(23.445)	(18.349)	(18.349)
(-) Pagamentos de Pessoal		(60.678)	(68.014)	(91.366)	(94.693)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(94.438)	(104.739)	(94.773)	(97.773)
(-) Pagamentos de Tributos		(270.228)	(276.335)	(232.526)	(236.057)
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis / Trabalhistas / Tributárias)		(25.910)	(25.910)	(28.421)	(28.905)
(-) Pagamentos de Aluguel		(3.976)	(4.253)	(8.449)	(8.449)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		(11.629)	(13.144)	(8.881)	(8.881)
(-) Aplicações Financeiras		(236.880)	(237.180)	(112.615)	(113.275)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(208.459)	(238.528)	(153.031)	(164.831)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>697.529</b>	<b>684.948</b>	<b>572.137</b>	<b>585.644</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
(+) Recebimentos de Dividendos		-	-	-	-
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - outros		(564)	(3.124)	(2)	(2)
(-) Pagamentos relativos ao ativo intangível		(7.762)	(11.151)	(25.980)	(25.980)
(-) Adiantamento para futuro aumento de Capital		(28.680)	(28.680)	(6.880)	-
(-) Outros pagamentos das atividades de investimento		-	-	-	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(37.006)</b>	<b>(42.955)</b>	<b>(32.862)</b>	<b>(25.982)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
(+) Integralização de Capital em Dinheiro		-	28.680	-	-
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento		-	-	-	-
(+) Caixa Absorvido de Empresas Incorporadas		-	-	-	-
(+) Captação (Pagamentos) de amortização e encargos sobre empréstimos		-	-	-	-
(+) Recebimentos de Empréstimos / Financiamentos	14	290.000	290.000	-	-
(+) Integralização de capital em dinheiro		-	-	-	-
(-) Pagamentos de Participações no Resultado		(544.370)	(544.459)	(477.306)	(477.306)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento		(9.306)	(9.306)	(111)	(111)
(-) Pagamentos de Amortização de Empréstimos / Financiamentos / Leasing	14	(350.000)	(350.000)	-	-
(-) Pagamentos de Juros e Encargos sobre Empréstimos / Financiamentos / Leasing	15	(18.708)	(18.708)	(27.058)	(27.058)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(632.384)</b>	<b>(603.793)</b>	<b>(504.475)</b>	<b>(504.475)</b>
<b>VARIÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>		<b>28.139</b>	<b>38.199</b>	<b>34.800</b>	<b>55.187</b>
Caixa - saldo inicial	7	80.374	101.978	45.573	46.792
Caixa - saldo final	7	108.513	140.177	80.374	101.978
Ativos livres no início do ano (*)	7	80.374	101.979	45.573	46.792
Ativos livres no fim do ano (*)	7	108.513	140.177	80.374	101.978
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES</b>		<b>28.139</b>	<b>38.198</b>	<b>34.801</b>	<b>55.186</b>

(\*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

#### a) CONTEXTO OPERACIONAL

A Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (“Qualicorp Benefícios” ou “Companhia”) sociedade por ações, que iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2006, com sede no Estado de São Paulo, é uma empresa controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A (“Grupo Qualicorp” ou “Controladora”).

Em 12 de fevereiro de 2010, a Companhia recebeu autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - (“ANS”) para operar como empresa administradora de benefícios, cujas atividades estão delimitadas conforme Resoluções Normativas nº 195 e nº 196 da ANS. Em consequência dessa autorização, o estatuto e objeto social foram alterados, transformando-a em “Administradora de Benefícios”, tendo suas operações relacionadas às atividades previstas na referida resolução.

A Companhia e sua controlada Clube de Saúde efetuam operações de administração, estipulação de benefícios coletivos por adesão e empresarial direcionados a entidades de classe (sindicatos, associações, conselhos regionais, órgãos públicos, etc.).

Dentro de suas estratégias e objetivos de mercado, a Companhia e sua controladora Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A, constituíram a empresa Q Saúde Operadora de Plano de Saúde Ltda. (“Q Saúde”), com o objetivo de (i) a comercialização, planejamento, gerenciamento, organização de planos de saúde privados de todas as modalidades, por meio da garantia da cobertura de custos de assistência do mercado envolvido em todos os meios (ambulatorial, hospitalar, médica e laboratorial) de seus integrantes através de gestão no credenciamento e consultoria técnica para o exercício da atividade técnica (ii) a participação como sócia, acionista e quotista em outras sociedades que desempenhem funções relacionadas ao seu objeto.

Até o momento, a controlada Qsaúde encontra-se com suas atividades operacionais ainda não iniciadas.

As operações da Qsaúde são conduzidas através das empresas do Grupo Qualicorp, atuando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional. As sinergias dos serviços prestados conjuntamente pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

#### b) PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DA Q SAÚDE OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LTDA.

O Conselho de administração da Companhia aprovou em 13 de janeiro de 2020, a contratação de operação de alienação de todas as atividades, ativos e passivos da Qsaúde para o Sr. José Seripieri Filho, acionista da controladora e celebrou, nesta mesma data, o contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, cuja validade e eficácia ficou condicionada, dentre outras condições, à aprovação pela Assembleia Geral da Companhia (AGE). Para maiores detalhes veja nota explicativa nº 25 b).

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Declaração de conformidade



As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS, e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 435. Tais demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração e sua gestão.

Através da RN 435 de 23 de novembro de 2018, a ANS sustenta a posição de não adotar os pronunciamentos CPC 47, CPC 48 vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 e o CPC 06 (R2) e ICPC 22 vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa.

## 2.3. Reapresentação por ajustes e reclassificações

### i. Ajustes de despesas da controlada Qsaúde

Os gastos iniciais da controlada Qsaúde não foram registrados em seu balanço patrimonial e no resultado do exercício de 2018. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi ajustado o montante de R\$ 1.546 de “Investimentos” para “outros valores e bens” para a correta apresentação, e o montante de R\$633 de despesas administrativas em contrapartida de Despesas patrimoniais no montante de R\$ (1.546) e em Lucro líquido do exercício no montante de R\$ 913, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2018 Controladora (anteriormente apresentado)	Ajustes	31/12/2018 Controladora (Reapresentado) após ajustes Qsaúde
Investimentos	28.108	(1.546)	26.562
Outros valores e bens – circulante	1.875	1.546	3.421
Despesas administrativas	(345.844)	633	(345.211)
Despesas patrimoniais	(2.986)	(1.546)	(4.532)
Resultado líquido	380.329	913	381.242
Reservas de lucros	288.977	913	289.890



	31/12/2018 Consolidado (anteriormente apresentado)	Ajuste	31/12/2018 Consolidado (Reapresentado) após ajustes Qsaúde
Outros valores e bens – circulante	1.875	1.546	3.421
Débitos diversos -Circulante	56.313	(633)	55.680
Despesas administrativas	(360.821)	(913)	(361.734)
Resultado líquido	380.329	913	381.242
Reservas de lucros	288.977	913	289.890

Esse assunto não produziu efeitos nas demonstrações consolidadas.

ii. **Reclassificação para atendimento a Resolução Normativa da ANS nº.435 de 23 de novembro de 2018**

Com o pronunciamento de agência reguladora através da RN 435, que dispõe sobre o plano de contas padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde, a Empresa decidiu para melhor apresentação e comparabilidade reapresentar seu balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2018, realocando os valores e saldos em seus novos e respectivos grupos. Essas reclassificações não produziram efeitos no patrimônio líquido ou resultado da Companhia.

a) Balanço Patrimonial e demonstração do Resultado - Controladora

	Divulgado 31/12/2018 (anteriormente apresentado) após ajustes Qsaúde	Reclassificações	Reapresentado 31/12/2018 Após RN 435
<b>Ativo</b>			
Disponível	80.367	7	80.374
Aplicações financeiras	322.064	(5)	322.059
Créditos Tributários e Previdenciários - circulante	-	3.306	3.306
Bens e Títulos a Receber – circulante	-	209.763	209.763
Despesas Antecipadas - circulante	-	3.421	3.421
Títulos e créditos a receber – circulante	213.069	(213.069)	-
Outros valores e bens – circulante	1.875	(1.875)	-
Outros valores e bens – não circulante	5.512	(5.512)	-
Outros créditos a receber longo prazo – não circulante	3.249	5.684	8.933
Intangível	532.517	(1.113)	531.404
Investimento	28.108	479	28.587
Outras reclassificações	-	(1.086)	(1.086)
<b>Passivo</b>			
Prêmios a repassar – circulante	202.523	(202.523)	-
Repasse financeiros a pagar – circulante	19.610	(19.610)	-
Antecipações a repassar – circulante	44.968	(44.968)	-
Tributos e contribuições a recolher – circulante	16.607	(16.607)	-
Contraprestações / Prêmios a Restituir – circulante	-	30.520	30.520
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios – circulante	-	44.975	44.975
Débitos de Operações de Administração de Benefícios - circulante	-	191.612	191.612
Provisão para IR e CSLL	-	6.574	6.574
Tributos e encargos sociais a recolher	-	10.033	10.033
Débitos diversos	52.480	(6)	53.594



Demonstração do Resultado – Controladora

	31/12/2018 (Anteriormente Apresentado) após ajustes Qsaúde	Reclassificações	Reapresentado 31/12/2018 após RN435
Receitas com operação assistência à saúde	-	1.247.708	1.247.708
Receita com administração de planos de assistência à saúde e outras, líquidas de cancelamentos	1.247.708	(1.247.708)	-
Custos dos serviços prestados	(98.748)	98.748	-
Despesas de comercialização	(20.743)	20.743	-
Perdas com créditos incobráveis	(115.472)	115.472	-
Outras (perdas)/ganhos	3.121	(3.121)	-
Outras receitas operacionais	4.944	(2.519)	2.425
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	-	(101.774)	(101.774)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-	(104.806)	(104.806)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	-	(17.098)	(17.098)
Despesas Administrativas	(345.211)	(13.020)	(358.231)
Outras reclassificações	(4.924)	4.924	-
Receitas financeiras	52.428	2.443	54.871
Despesas financeiras	(58.743)	8	(58.735)
Receitas patrimoniais	4.139	1	4.140
Imposto de renda	(101.821)	(1)	(101.822)

b) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado - Consolidado

	Divulgado 31/12/2018 (anteriormente apresentado) após ajustes Qsaúde	Reclassificações	Reapresentado 31/12/2018 Após RN 435
<b>Balanço Patrimonial</b>			
Disponível	101.972	6	101.978
Aplicações financeiras	326.840	(6)	326.834
Créditos Tributários e Previdenciários - circulante	-	3.499	3.499
Bens e Títulos a Receber – circulante	-	210.576	210.576
Despesas Antecipadas - circulante	-	3.421	3.421
Títulos e créditos a receber – circulante	215.091	(215.091)	-
Outros valores e bens – circulante	3.421	(3.421)	-
Outros valores e bens – não circulante	5.512	(5.512)	-
Outros créditos a receber longo prazo – não circulante	3.540	5.683	9.223
Outras reclassificações ativas	(845)	845	-
Prêmios a repassar – circulante	202.868	(202.868)	-
Repasse financeiros a pagar – circulante	19.999	(19.999)	-
Antecipações a repassar – circulante	47.341	(47.341)	-
Tributos e contribuições a recolher – circulante	18.169	(18.169)	-
Contraprestações / Prêmios a Restituir – circulante	-	31.330	31.330
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios – circulante	-	47.347	47.347
Débitos de Operações de Administração de Benefícios – circulante	-	191.958	191.958
Provisão para IR e CSLL	-	6.824	6.824
Tributos e encargos sociais a recolher	-	10.327	10.327
Débitos diversos	56.313	1.400	58.775
Outros reclassificações passivas	-	(924)	(924)
Reservas de lucros	289.890	115	290.005



### Demonstração do Resultado – Consolidado

	31/12/2018 (Anteriormente Apresentado) após ajustes Qsaúde	Ajustes	Reapresentado 31/12/2018 após RN435
Receitas com operação assistência à saúde	-	1.288.376	1.288.376
Receita com administração de planos de assistência à saúde e outras, líquidas de cancelamentos	1.288.376	(1.288.376)	-
Custos dos serviços prestados	(102.980)	102.980	-
Despesas de comercialização	(21.245)	21.245	-
Perdas com créditos incobráveis	(130.176)	130.176	-
Outras (perdas)/ganhos	3.491	(3.491)	-
Outras receitas operacionais	5.399	(2.518)	2.881
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	-	(105.947)	(105.947)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-	(114.169)	(114.169)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	-	(17.280)	(17.280)
Despesas Administrativas	(361.374)	(14.756)	(376.130)
Outras reclassificações	(1.310)	1.310	-
Receitas financeiras	54.850	2.442	57.292
Despesas financeiras	(63.026)	8	(63.018)

iii. **Ajustes para atendimento a Resolução Normativa da ANS nº.435 de 23 de novembro de 2018, não aplicação dos CPCs 47 e 48:**

Através do ofício 1139/2019, a ANS solicitou que a Companhia não adotasse as normas emitidas pelo CPC e que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 (CPC 47, CPC 48 e ICPC 21) e 1º de janeiro de 2019 (CPC 06 (R1) e ICPC 22), pois as mesmas não foram aprovadas por esse órgão regulador. Dessa forma, os ajustes advindos destes CPC's, conforme mencionado na nota explicativa nº 6, foram eliminados. Esses ajustes produziram efeitos no balanço e resultado da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, tanto para controladora como no consolidado, conforme demonstrado a seguir:

a) Balanço Patrimonial - Controladora

	31/12/2018 (Reapresentado após ajustes Qsaúde e RN 435)	Ajustes	31/12/2018 (Reapresentado)
<b>ATIVO</b>			
Créditos de operações de administração de benefícios	95.598	11.269	106.867
Investimentos	26.562	2.025	28.587
Ativo intangível	532.517	(1.113)	531.404
<b>PASSIVO - CIRCULANTE</b>			
Provisão para IR e CSLL	6.574	3.831	10.405
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Reserva de lucros	289.890	6.492	296.382



b) Demonstração do Resultado - Controladora

	31/12/2018 (Reapresentado após RN 435)	Ajustes CPC's	31/12/2018 (Reapresentado)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(104.806)	11.269	(93.537)
Despesas Administrativas	(358.231)	(1.113)	(359.344)
Receitas patrimoniais	4.139	2.025	6.164
Imposto de renda	(101.821)	(2.817)	(104.638)
Contribuição social	(36.830)	(1.014)	(37.844)
Impostos diferidos	(60.899)	1.662	(59.237)

c) Balanço Patrimonial - Consolidado

	31/12/2018 (Reapresentado após ajustes Qsaúde e RN 435)	Ajustes CPC's	31/12/2018 (Reapresentado)
<b>ATIVO</b>			
Créditos de operações de administração de benefícios	96.708	14.337	111.045
Ativo intangível	540.029	(1.113)	538.916
<b>PASSIVO - CIRCULANTE</b>			
Provisão para IR e CSLL	6.824	4.876	11.700
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Reserva de lucros	290.005	6.377	296.382

d) Demonstração do Resultado - Consolidado

	31/12/2018 (Reapresentado após RN 435)	Ajustes CPC's	31/12/2018 (Reapresentado)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(119.057)	14.337	(104.720)
Despesas Administrativas	(376.130)	(200)	(376.330)
Imposto de renda	(102.739)	(3.585)	(106.324)
Contribuição social	(37.177)	(1.291)	(38.468)
Impostos diferidos	(60.899)	1.662	(59.237)

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

I. Princípios gerais:

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.



## Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas passaram a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

## Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

### *i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo, ou;
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

### *ii. Empréstimos e recebíveis*

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo.



Os ativos financeiros classificados pela Companhia e suas controladas na categoria de recebíveis compreendem principalmente caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber de clientes e outros.

#### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

A Companhia e suas controladas efetuam a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

### II. Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimento não exclusivos dedicados à ANS como ativo garantidor e aplicações financeiras não consideradas como de liquidação imediata.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “BBB” no limite de 100% e de rating “BBB” até “BBB+” no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

### III. Aplicações financeiras

Incluem aplicação financeira mantida em Fundo de Investimento, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos e aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 33, de 5 de outubro de 2009 da ANS, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos.

### IV. Créditos de operações com planos de assistência à saúde e Débitos de operações de assistência à saúde

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão (contratos nos quais o estipulante é a Companhia e sua controlada Clube de Saúde) são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras e seguradoras de saúde através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que envolvem o risco de crédito dos beneficiários para a Companhia e suas controladas), com exceção para os casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde.

Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo “Créditos de administração de benefícios” em contrapartida às contas de passivos de “Débitos de administração de benefícios” (valores devidos às operadoras e seguradoras) e de “Contraprestações /prêmios a restituir” (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativos à taxa de administração e repasses financeiros.



Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica “Receita antecipada de contraprestações/prêmios”.

#### V. Combinação de negócios e investimentos em controladas

##### Demonstrações financeiras consolidadas

##### *Controladas*

Todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle de forma direta ou indireta são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Adicionalmente a Companhia não possui ou detém participações não controladoras.

##### Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

#### VI. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3.ix).

#### VII. Intangível

Está representado principalmente: (i) pelos valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (\*); (ii) pelos valores alocados a título de relacionamento com clientes pagos na aquisição de investimentos de controladas



(\*); (iii) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; e (iv) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em desenvolvimento, pagos a terceiros.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 12.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3.ix).

(\*) Nas demonstrações financeiras individuais esses valores estão demonstrados na rubrica “Investimentos”, líquidos das amortizações e baixas.

## VIII. Redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*)

### Ativo imobilizado e intangível com prazo de vida útil determinados

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### Ágio

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável.

Adicionalmente, os ágios são alocados a unidade geradora de caixa Afinidades, que são avaliados para fins de *impairment* anualmente.



Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Durante o exercício de 2019 a Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e não detectaram necessidade de registro de perdas por redução ao valor recuperável. Para maiores detalhes ver a nota explicativa nº 12(a).

#### IX. Empréstimos e financiamentos a pagar - debêntures

Estão representados por recursos captados através da emissão de debêntures, que são demonstrados pelo valor atualizado dos encargos financeiros, calculados com base nas taxas de juros acrescidas dos custos de transação.

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução de captações de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida - debêntures são contabilizadas a débito de debêntures, e amortizados no resultado, no prazo da operação.

#### X. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais.

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, do montante a ser registrado do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

#### XI. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. As principais receitas são as seguintes:

1. Contraprestação/Prêmios a restituir: corresponde à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, relativos aos serviços de estipulação do seguro ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados e recebidos mensalmente.
2. Receita de taxa de administração: corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão.



## XII. Regime de tributação

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária; e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos.

## XIII. Provisões para ações judiciais

As provisões para riscos são reconhecidas nas informações contábeis quando, com base na opinião dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia e suas controladas, for considerado risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias, incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes são registrados nas informações contábeis e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

A provisão de sinistralidade é constituída com base nos dados dos beneficiários em conjunto com cálculos atuariais tendo por objetivo cobrir futuros custos dos colaboradores do Grupo e que são beneficiários deste plano, com as sinistralidades de assistência à saúde.

## XIV. Participações sobre o lucro e opções de compra de ações e ações restritas

As remunerações a empregados e administradores que não forem definidas em virtude, direta e proporcionalmente, do lucro da Companhia e suas controladas são classificadas como custo ou despesa operacional. A Companhia e suas controladas, com base nessas determinações, adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de administradores e empregados em despesas administrativas; e (ii) efetuam o cálculo, a alocação proporcional para cada controlada e a contabilização, em despesas administrativas, de todos os custos estimados de opções de compras de ações outorgadas e ações restritas outorgadas aos contratos de pagamento baseados em ações existentes (nota explicativa nº 22). A contabilização dessas despesas administrativas é em contrapartida à conta “Reserva de capital - opções outorgadas de ações”.

### i) Plano de Outorga de compra de ações:

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas de sua controladora sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Reserva” que registrou o benefício aos empregados.

### ii) Plano de ações restritas:

O valor justo do plano de outorga de compra de ações restritas é reconhecido “Pro rata” com correspondente ajuste no patrimônio líquido. O valor é devido aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação diferente do Conselho de Administração de sua controladora, na proporção de 25% a 33% das ações, na data de



cada aniversário de celebração do contrato; O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações de sua controladora, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria de sua controladora. O prazo máximo para o exercício das ações outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção. As ações poderão ser entregues como parte do pagamento da participação do resultados e lucros de sua controladora; e o preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 S. A. no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga.

#### XV. Contabilização dos dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante (vide nota explicativa nº17), por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada no patrimônio líquido.

#### XVI. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor-Presidente da Companhia e de suas controladas. As apresentações das segmentações e seus detalhes estão descritas na nota explicativa nº 21.

## 4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia e suas controladas descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Companhia e suas controladas e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que estas entendem como razoáveis e relevantes.

A Companhia e suas controladas adotam premissas e fazem estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

- a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)



A Companhia anualmente testa os saldos de ágio por *impairment*, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3 viii e premissas na nota explicativa nº 12. Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculo efetuado conforme estimativas descritas na nota explicativa nº 12. Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 10,4% ao invés de 9,4%), continuaria não havendo perda a ser reconhecida.

## 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros contabilizados por meio do resultado e empréstimos e recebíveis e apresentados a seguir se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis (Reapresentado)	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
<b>Ativos financeiros:</b>				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	95.287	-	75.265
Aplicações financeiras	-	192.422	-	326.835
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	117.636	-	111.045	-
Bens e títulos a receber – circulante	136.841	-	210.576	-
Depósitos judiciais e fiscais – não circulante	13.918	-	7.108	-
<b>Passivos financeiros:</b>				
Débitos de operações de administração de Benefícios	149.146	-	191.958	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	62.447	-	47.347	-
Contraprestações / prêmios a restituir	17.837	-	31.330	-
Débitos diversos – circulante	72.899	-	58.775	-
Débitos diversos - não circulante	3.468	-	11.828	-
Empréstimos e financiamentos – circulante	8.075	-	352.719	-
Empréstimos e financiamentos – não circulante	288.915	-	-	-

### Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial - consolidado

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).



Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	31/12/2019	31/12/2018
	Nível 1	Nível 1
	R\$ mil	R\$ mil
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras – Consolidado	192.422	326.835

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis.

O valor contábil dos demais ativos e passivos financeiros é próximo ao seu valor justo, com exceção das debêntures do passivo não circulante, veja nota explicativa nº 14.

#### Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não operou contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação.

#### b) Gerenciamento dos principais riscos

A Companhia e sua controlada Clube de Saúde efetuam operações de estipulação e administração de contratos coletivos por adesão no segmento de seguro saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e sua controlada são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Companhia e sua controlada possuem controles internos que garantem que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

#### Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia e sua controlada Clube de Saúde terem que arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários.

Para mitigar este risco, a Companhia e sua controlada adotam como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados com 30 e 60 dias de inadimplência da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3.v.

#### Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Companhia é de 30 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:



Conta	Contas patrimoniais	Nota explicativa	31/12/2019		31/12/2018	
			Controlado	Consolidado	Controlado	Consolidado
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	Ativo circulante	7	68.246	95.287	55.906	75.265
Aplicações financeiras (i)	Ativo circulante	8	187.116	192.422	322.059	326.835
Debêntures (ii)	Passivo circulante e não circulante	18	(296.990)	(296.990)	(352.719)	(352.719)
Total de exposição líquida			(41.628)	(9.281)	25.246	49.381

- (i) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 7 e 8.
- (ii) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), acrescida de “spread” ( 1,15% a.a para 2019 e 1,18% a.a para 2018) ., sendo devida semestralmente, a partir da data da emissão, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

#### Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível e de obrigações com debêntures.

Em 31 de dezembro de 2019, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$ 418.

#### Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto a controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (debêntures detalhadas na nota explicativa nº 14, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos detalhados na nota explicativa nº 7) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 17).

A Companhia está sujeita a certos limites de alavancagem conforme mencionado na nota explicativa nº 14 (empréstimos e financiamentos a pagar).

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada, Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. estão sujeitas a requerimentos de manutenção de recursos próprios mínimos, conforme determinação da ANS.

A ANS, na RN nº 209, de 22 de dezembro de 2009, estabelece que o capital-base a ser considerado pelas controladas em 31 de dezembro de 2019 é de R\$8.790 para as administradoras de benefícios (Clube de Saúde e Qualicorp Benefícios e Q Saúde, devendo esses montantes ser maiores que o patrimônio mínimo ajustado.

Patrimônio mínimo ajustado representa o patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos, conforme estabelecido pela Instrução Normativa - IN nº 50 de 30 de novembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio mínimo ajustado calculado é de (R\$35.372), (R\$78.847 em 31 de dezembro de 2018) para a Qualicorp Benefícios, R\$34.506 (R\$28.741 em 31 de dezembro de 2018) para a Clube de Saúde e (R\$1.141) (R\$8.800 em 31 de dezembro de 2018) para Qsaúde, os quais não estão enquadrados à respectiva Instrução Normativa, a Companhia e a Qsaúde. Para à Qsaúde a margem de



solvência não é aplicada durante o seu primeiro ano de operação e Qualicorp Benefícios e a Clube de saúde não é aplicada a margem de solvência por serem Administradoras.

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Controladora Benefícios	Controladas Clube	Controladas Qsaúde	Controladora Benefícios	Controladas Clube	Controladas Qsaúde
PMA	(35.372)	34.506	(1.141)	78.847	28.741	8.800

#### Risco de liquidez

Considerando as atividades da Companhia, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Companhia e suas controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

	Taxa de juros estimada a.m.	Menos de seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a dois anos	Total
Consolidado	%	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2019:					
Debentures (*)	CDI + 1,15%	8.080	8.080	352.185	368.345
Débitos de operações de administração de benefícios	-	149.146	-	-	149.146
Receita antecipada de contraprestações / prêmios	-	62.447	-	-	62.447
Contraprestações / prêmios a restituir	-	17.837	-	-	17.837
Débitos diversos	-	71.820	-	3.468	75.288
Total		309.330	8.080	355.653	673.063

(\*) considera o valor total da dívida em 31 de dezembro de 2019, não calculado a valor presente.

## 6. ADOÇÃO DE NORMAS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISADAS

As seguintes normas foram emitidas pelo CPC e passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 (CPC 47, CPC 48 e ICPC 21) e 1º de janeiro de 2019 (CPC 06 (R1) e ICPC 22), mas não foram adotadas, pois não houve aprovação da ANS (Agência Nacional de Saúde):

### CPC 48 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.



Na avaliação realizada, a Companhia entende que o impacto dessa norma será:

- a) Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Empresa verificou que os ativos financeiros classificados como “Empréstimos e Recebíveis” devem ser classificados como “Custo Amortizado”;
- b) Com relação ao novo modelo de impairment, a Companhia entende que a perda deverá ser reconhecida por estimativa, tendo como base um percentual do faturamento, definido em nota técnica atuarial, onde até as análises mais recentes não são esperados impactos relevantes pela mudança de modelo para a provisão para perdas sobre créditos referente a porção por redução ao valor recuperável de contas a receber, que atualmente é feita com base nos valores dos créditos vencidos, após 60 dias, considerando o histórico de “perdas incorridas” e que passará a ser provisionada em função do reconhecimento das “perdas de crédito esperadas”, no mesmo momento do registro do respectivo faturamento, o valor de (R\$3.226), caso a ANS aprovasse o respectivo pronunciamento para entrada em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

#### I. CPC 47 – Receitas de contratos com clientes – Mensuração e Reconhecimento

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção" e CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

O impacto dessa norma em 31 de dezembro de 2019 é demonstrado como segue:

<b>Balço patrimonial</b>	
Ativo não circulante	(2.850)
Intangível	(2.850)
<b>Total do ativo</b>	<b>(2.850)</b>
Patrimônio líquido	(2.850)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>(2.850)</b>

#### II. ICPC 21 - "Transações em moeda estrangeira",

Essa interpretação provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira.

A adoção dessa interpretação técnica não traz impacto na Empresa pois não existe transação em moeda estrangeira.

#### III. CPC 06-R2 - Operações de Arrendamento Mercantil – Mensuração e Reconhecimento

Com essa norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Durante o exercício de 2019, a companhia avaliou potenciais impactos em virtude da adoção inicial da norma, destacados a seguir:

- **Passivo de Arrendamento** – Reconhecer em passivo o montante do compromisso assumido com o contrato. Este valor, será ajustado a valor presente utilizando a taxa de desconto implícita no contrato (se houver) ou que forneça uma realidade econômica para o contrato.



- **Ativo Imobilizado** – As contraprestações dos contratos de arrendamentos, atualmente reconhecidos como despesas, serão registradas como ativo imobilizado/intangível na data de aplicação inicial ou quando houver novo contrato de arrendamento, no montante equivalente ao passivo de arrendamento e serão depreciadas/amortizadas durante a vigência do contrato.
- **Despesa Financeira** – Os montantes reconhecidos em passivo, serão atualizados utilizando a mesma taxa de AVP, gerando despesa financeira.
- **Resultado Líquido** – As despesas geradas pelo novo método de contabilização serão maiores no início do contrato e decrescem até o término, em virtude da atualização monetária do passivo. Embora exista a diferença temporal, ao longo da vida útil os efeitos em resultados serão iguais aos que ocorreriam sem o CPC 06 –R2, mas o impacto será em linhas diferentes da demonstração de resultado.

O impacto dessa norma em 31 de dezembro de 2019 é demonstrado como segue:

Balanco patrimonial	Controladora	Consolidado
Ativo não circulante	12.792	51.848
Impostos de renda e contribuição social diferidos	418	2.006
Imobilizado	13.331	49.842
Investimento	(957)	-
<b>Total do ativo</b>	<b>12.792</b>	<b>51.848</b>
Passivo circulante	4.856	9.517
Arrendamentos	4.856	9.517
Passivo não circulante	9.509	43.903
Impostos de renda e contribuição social diferidos	101	1.196
Arrendamentos	9.408	42.708
Patrimônio líquido	(1.573)	(1.573)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>12.792</b>	<b>51.848</b>

#### IV. ICPC 22 - Interpretação do Tributos sobre o Lucro

A Norma será aplicada para identificar incertezas no imposto de renda corrente e diferido. Os tratamentos fiscais incertos poderão surgir em virtude das contabilizações das transações diárias da empresa, bem como procedimentos adotados pela Companhia na apuração e cálculo dos tributos, que conflitam com a legislação vigente (legislações tributárias que dão margem para mais de uma interpretação, erros e descumprimento de alguma obrigação acessória, etc.). E também reforça a necessidade de divulgação dos julgamentos realizados e premissas ou outras estimativas utilizadas. Na avaliação realizada, a Empresa entende que não haverá impacto dessa norma.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.



## 7. DISPONÍVEL

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
Aplicações de liquidez imediata				
Operações compromissadas (a)	68.205	72.758	55.865	68.599
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs (b)	41	22.529	41	6.664
Bancos conta depósito - movimento – país	40.260	44.883	24.454	26.701
Caixa	7	7	14	14
<b>Total</b>	<b>108.513</b>	<b>140.177</b>	<b>80.374</b>	<b>101.978</b>

(a) Refere-se às operações compromissadas com lastro em debêntures. A remuneração é com base na taxa DI de 75%. As operações foram realizadas junto ao Banco Itaú S.A, Banco Safra S.A, Banco do Brasil e Banco Santander.

(b) Esses instrumentos financeiros são atualizados à taxa de 80,59 a 99,20% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e estão custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, possuindo liquidez imediata e podendo ser resgatados antecipadamente, independentemente de seus vencimentos.

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
Cotas de Fundos de Investimentos (a)	167.214	167.214	296.094	296.094
Fundo de investimento ANS (b)	19.902	25.208	25.965	30.741
<b>Total</b>	<b>187.116</b>	<b>192.422</b>	<b>322.059</b>	<b>326.835</b>

(a) Trata-se de aplicação financeira mantida em Fundo de Investimento, o valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos.

(b) Trata-se de aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 33, de 5 de outubro de 2009 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos.

## 9. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
Prêmios e plano de saúde a repassar - com risco de inadimplência (*)	98.576	103.939	93.053	97.231
Prêmios e plano de saúde a repassar - sem risco de inadimplência (*)	13.697	13.697	13.814	13.814
<b>Total</b>	<b>112.273</b>	<b>117.636</b>	<b>106.867</b>	<b>111.045</b>

(\*) refere-se a valores a receber de beneficiários, cujos montantes das correspondentes faturas de planos de saúde ou apólices de seguro foram/serão pagos às operadoras ou seguradoras pela Companhia nos respectivos vencimentos das faturas. O resumo por idade de prêmios a repassar é:



	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora (reapresentado)	Consolidado (reapresentado)
A vencer	41.340	41.533	39.332	39.597
Vencidos:				
Até 30 dias	54.780	58.392	51.500	54.412
De 31 a 60 dias	14.576	16.134	14.347	15.322
Acima de 60 dias (*)	1.577	1.577	1.688	1.714
Total	112.273	117.636	106.867	111.045

(\*) Valores de 31 de dezembro de 2018 foram substancialmente recebidos até o dia 15 de janeiro de 2019 e os valores em 31 de dezembro de 2019 foram recebidos integralmente até o dia 11 de janeiro de 2020.

#### Movimentação da provisão para perdas sobre créditos - Resultado

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora (reapresentado)	Consolidado (reapresentado)
Provisão de Perdas (Reversões)	406	(351)	-	-
Perdas Efetivas (Recuperações) (a)	62.589	67.630	93.537	104.720
Saldo no fim do exercício	62.995	67.279	93.537	104.720

- (a) Referem-se, substancialmente, às perdas com créditos vencidos decorrentes de operação de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão, para os quais a Companhia assume o risco da inadimplência perante as operadoras e seguradoras de saúde e odontológicas. Esse montante está líquido das recuperações, resultado das ações de cobrança de clientes cancelados por inadimplência.

#### 10. BENS E TÍTULOS RECEBER

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora Reapresentado	Consolidado Reapresentado
Valores a identificar - Operadoras/Seguradoras (a)	63.510	68.942	44.288	44.803
Adiantamentos de repasse de contratos (b)	55.007	55.007	149.734	150.013
Outros	12.736	12.892	15.741	15.760
Total do circulante	131.253	136.841	209.763	210.576

- (a) Referem-se, basicamente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários que constam no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia.
- (b) Referem-se a adiantamento de repasse para as entidades de classe/operadoras.



## 11. PARTES RELACIONADAS

### 11.1 Saldos e transações com empresas ou Companhias relacionadas, no consolidado:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Contas a receber	Contas a pagar	Despesas	Contas a receber	Contas a pagar	Despesas
Qualicorp Corretora de Seguros S.A. (i)	-	-	46.888	3.195	8.479	746
Gama Saúde Ltda. (i)	-	1	11	-	28	115
Qualicorp Adm. e Serviços Ltda. (ii)	-	3.730	623	345	5.820	3.808
Qualicorp S.A. (i)	9	5.892	6.976	-	-	-
Q Saúde Operadora de Saúde	66	23	-	-	-	-
CRC Connectmed	-	-	1.158	-	-	-
Saldo	75	9.646	55.656	3.540	14.327	4.669

A Companhia possui os seguintes saldos de operações efetuadas com partes relacionadas:

- Refere-se às atividades de “back office” para atendimento às empresas do Grupo (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas do Grupo
- Refere-se à prestação de serviço de emissão de boletos para usuários de planos de saúde vinculados a Qualicorp Benefícios.

### 11.2 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2019		2018	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Remuneração de curto prazo a administradores (*)	967	10.225	179	3.041
Remuneração baseada em ações	-	18.896	-	535
Saldo	967	29.121	179	3.576

(\*) A despesa com remuneração, para os diretores e empregados, é constituída de parte fixa e variável, com base em performance e metas globais anuais.



## 12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	Custo				Amortização				
		Saldo em 31/12/2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 31/12/2019	Saldo Líquido
Consolidado										
Ágio na aquisição de investimentos										
Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A (a)	-	249.420	-	-	-	249.420	-	-	-	249.420
Grupo Padrão (a)	-	136.653	-	-	-	136.653	-	-	-	136.653
<b>Total ágio</b>		<b>386.073</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>386.073</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>386.073</b>
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades (b)	20	214.592	12.632	-	-	227.224	(155.401)	(26.973)	(182.374)	44.850
Softwares em uso (c)	20	196.004	3.662	299	-	199.965	(110.353)	(36.056)	(146.409)	53.556
Direito de exclusividade	20	36.540	-	-	-	36.540	(35.113)	(1.195)	(36.308)	232
Software em desenvolvimento (d)	-	587	13.726	(299)	(494)	13.520	-	-	-	13.520
Acordo de não competição	20	8.198	-	-	-	8.198	(2.211)	(1.773)	(3.984)	4.214
<b>Total outros ativos intangíveis</b>		<b>455.921</b>	<b>30.020</b>	<b>-</b>	<b>(494)</b>	<b>485.447</b>	<b>(303.078)</b>	<b>(65.997)</b>	<b>(369.075)</b>	<b>116.372</b>
<b>Total ativos intangíveis</b>		<b>841.994</b>	<b>30.020</b>	<b>-</b>	<b>(494)</b>	<b>871.520</b>	<b>(303.078)</b>	<b>(65.997)</b>	<b>(369.075)</b>	<b>502.445</b>

	Taxa anual de amortização %	Custo				Amortização				
		Saldo em 31/12/2017	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	Adições	Saldo em 31/12/2018	Saldo Líquido
Consolidado										
Ágio na aquisição de investimentos										
Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A (a)	-	249.420	-	-	-	249.420	-	-	-	249.420
Grupo Padrão (a)	-	136.653	-	-	-	136.653	-	-	-	136.653
<b>Total ágio</b>		<b>386.073</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>386.073</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>386.073</b>
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades (b)	20	203.391	12.326	-	(1.125)	214.592	(130.135)	(25.263)	(155.398)	59.194
Softwares em uso (c)	20	187.652	-	7.681	-	195.333	(75.822)	(34.531)	(110.353)	84.980
Direito de exclusividade	20	36.500	40	-	-	36.540	(28.432)	(6.684)	(35.116)	1.424
Software em desenvolvimento (d)	-	12.872	354	(7.681)	(4.287)	1.258	-	-	-	1.258
Acordo de não competição	20	8.198	-	-	-	8.198	(415)	(1.796)	(2.211)	5.987
<b>Total outros ativos intangíveis</b>		<b>448.613</b>	<b>12.720</b>	<b>-</b>	<b>(5.412)</b>	<b>455.921</b>	<b>(278.313)</b>	<b>(68.785)</b>	<b>(303.078)</b>	<b>152.843</b>
<b>Total ativos intangíveis</b>		<b>834.686</b>	<b>12.720</b>	<b>-</b>	<b>(5.412)</b>	<b>841.994</b>	<b>(278.313)</b>	<b>(68.785)</b>	<b>(303.078)</b>	<b>538.916</b>

### (a) Teste de perda por redução ao valor recuperável

A Companhia realizou testes do valor recuperável do ágio, alocados à UGC (unidade geradora de caixa) do segmento de Afinidades, calculando o valor em uso por projeções de fluxo de caixa futuro descontado, para um período de 10 anos, utilizando as seguintes premissas:



PREMISSAS UGC AFINIDADES	
Receitas	Para o exercício as análises se basearam, principalmente, nos orçamentos da Companhia. Para os exercícios entre 2020 e 2029, foram considerados os fatores de crescimento das receitas apurados baseando-se em projeções de crescimento do mercado na área de comercialização e administração de planos de saúde coletivos e serviços em saúde.
Despesas	Para o exercício de 2020 as análises se basearam, principalmente, nos orçamentos da Companhia. As despesas fixas, que são aquelas que não crescem proporcionalmente as Receitas, tais como folha de pagamento (despesas com pessoal), serviços de terceiros e despesas de ocupação decorrente de aluguéis, entre outras, consideradas na projeção de 2021 a 2029, foram estimadas com base no crescimento equivalente à inflação projetada no período.
Tributos	Os tributos sobre o lucro foram calculados com base no EBT (Earnings Before Taxes), descontando-se as despesas não dedutíveis e as receitas não tributáveis, derivadas do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real).
Taxa de desconto	Os fluxos de caixa foram descontados com taxa de 11,2% a.a. antes dos impostos e taxa de 9,4% a.a. após impostos levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).
Perpetuidade	A Companhia considerou um crescimento nominal de 6,0% ao ano no período perpétuo correspondente a inflação de longo prazo de 3,5% ao ano mais expectativa de crescimento do PIB de 2,5% , tendo como fonte principalmente projeções do Banco Central.
Fontes	O trabalho de mensuração utilizou como base informações financeiras e operacionais históricas, bem como informações públicas sobre o setor de atuação da Companhia, além de informações econômicas publicadas por instituições como IPEA, BACEN e Bloomberg.

(b) Referem-se aos contratos de cessão de direitos e obrigações realizados até a presente data. Em 2019 ocorreram:

Em 17 de junho de 2019, foi firmado um contrato de cessão e transferência de direitos e obrigações outras avenças entre a Qualicorp Benefícios e a CAARS – Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Sul no montante de R\$ 5.132. O mesmo será amortizado pelo período de 36 meses, o qual coincide com o prazo e vigência do contrato. Em 31 de dezembro de 2019 as despesas incorridas foram de R\$ 855.

Em 25 de outubro de 2019, foi firmado um contrato de cessão e transferência de direitos e obrigações outras avenças entre a Qualicorp Benefícios e a SEESP – Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo no montante de R\$ 7.200. Na mesma data também foi firmado um contrato de cessão e transferência de direitos e obrigações outras avenças entre a Qualicorp Benefícios e a FNE – Federação Nacional dos Engenheiros no montante de R\$ 300. Os mesmos serão amortizados pelo período de 60 meses, o qual coincide com o prazo e vigência do contato. Em 31 de dezembro de 2019 a despesas incorridas foram de R\$ 125.

(c) Gastos com aquisição de licenciamento de software e softwares operacionais em uso.

(d) Está representado por gastos de desenvolvimento de novo sistema operacional. Em 2019, com a conclusão e o início do uso de diversos módulos, foi transferido para a rubrica “software em uso” o montante de R\$ R\$ 299 (R\$7.681 em 2018).



### 13. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

#### 13.1 Receita Antecipada de Contraprestações /Prêmios

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
Antecipações de prêmios de seguros e de processamento de cobrança (a)	57.982	61.991	41.911	43.999
Antecipações de taxa de administração (b)	446	456	2.556	2.840
Antecipações de repasses financeiros (c)	-	-	508	508
Total	58.428	62.447	44.975	47.347

(a) Referem-se a recebimentos antecipados de cobrança de beneficiários de contratos de planos e seguros-saúde. O montante arrecadado é repassado às operadoras e seguradoras quando do vencimento das respectivas faturas. Os valores foram, substancialmente, repassados às operadoras e seguradoras até o dia 31 de janeiro de 2020 para os valores de dezembro de 2019 e até 31 de janeiro de 2019 para os valores de dezembro de 2018.

(b) Referem-se à taxa de administração recebida antecipadamente dos beneficiários e apropriada em receita no mês da competência.

(c) Referem-se a repasses financeiros devidos às Entidades de Classe. Os valores recebidos antecipadamente são repassados nos vencimentos conforme contratos, quando aplicável.

#### 13.2 Débitos de Operações de Administração de Benefícios

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
Prêmios e planos de saúde a repassar - com e sem risco de inadimplência (*)	148.843	149.146	191.612	191.958

(\*) referem-se às faturas de planos e seguro-saúde, a serem pagas às seguradoras/operadoras no vencimento das faturas independentemente do recebimento por parte dos beneficiários, cujos pagamentos foram efetuados substancialmente até 31 de janeiro de 2020 para os valores de dezembro de 2019 e 31 de janeiro de 2019 para os valores de dezembro de 2018.



## 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

### i) Debentures

As debêntures emitidas pela Companhia no âmbito da emissão possuem as seguintes características:

#### Quantidade/Espécie

<u>Debênture</u>	Quantidade	Valor nominal unitário	Vigência	Remuneração	Fiador
3ª Emissão (i)	35.000	10.000	04/11/2016 a 04/11/2019	100% do CDI + "spread" 1,30% a.a.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A
4ª emissão (ii)	290.000	1.000	28/06/2019 a 28/06/2023	100% do CDI + "spread" 1,15% a.a.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A

(i) Esta Emissão foi liquidada antecipadamente em 22 de julho de 2019.

(ii) Nova Emissão: Em 26 de junho de 2019, a Qualicorp Benefícios (4ª emissão) firmou instrumento particular, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, essa emissão foi aprovada em AGE realizadas na mesma data.

O valor nominal unitário das debêntures foi de R\$1, sendo emitidas 290.000 (duzentos e noventa mil), no montante de R\$290.000. A captação destes recursos ocorreu em 22 de julho de 2019

As emissões possuem como principais características:

#### Garantias:

O fiador da operação está descrito no quadro anterior, adicionalmente, há garantias relativas à constituição de penhor e/ou a alienação fiduciária das ações de emissão da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., de propriedade da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

#### Resgate Antecipado Facultativo total:

Foi acordado nessas emissões que resgate antecipado facultativo a Companhia poderá, a seu exclusivo critério atendendo ao disposto no artigo 55 da Lei das S/A, a qualquer tempo realizar o resgate antecipado das debêntures. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido de prêmio, conforme Escritura de Emissão de Debêntures.

#### Amortização Extraordinária Facultativa:

Foi acordado nessas emissões que a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo realizar a amortização extraordinária facultativa das debêntures acrescido de prêmio, conforme condições das escrituras de Emissões de Debêntures.

#### Vencimento antecipado:

Poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta emissão e exigir o imediato pagamento pelas emissoras do saldo do valor nominal unitário das debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada "pro rata temporis", desde a data de emissão ou a data de vencimento do último



período de capitalização, ou seja, a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência, entre outras, das seguintes hipóteses:

- (a) Antes de uma reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, venda de participação societária ou qualquer outra reestruturação societária da emissora e/ou de sua(s) controladora(s), inclusive Oferta Pública de Ações), se os atuais acionistas não mantiverem o controle da emissora, por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de, pelo menos, 50% mais uma ação com o direito a voto da emissora; e depois de uma reorganização societária, se qualquer terceiro obtiver o controle da emissora por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de, pelo menos, 35,0% das ações com o direito a voto da emissora e, cumulativamente, os atuais acionistas deixarem de exercer o controle da emissora; e
- (b) Adicionalmente, a Companhia possui certos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento atrelados às debêntures, os quais, caso não sejam cumpridos, podem acarretar a liquidação antecipada.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia está cumprindo com os limites requeridos das cláusulas acima e demais compromissos contidos no contrato.

Finalidade:

Reforço de caixa e/ou capital de giro adicionado pelo alongamento de passivo financeiro.

Composição da dívida:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Debêntures parcela única	-	350.000
Remuneração a pagar	8.509	3.978
Custo intermediação financeira na emissão/colocação a diferir no prazo de vencimento	(434)	(1.259)
<b>Circulante</b>	<b>8.075</b>	<b>352.719</b>
Custo intermediação financeira na emissão/colocação a diferir no prazo de vencimento	(1.085)	-
Debêntures parcela única	290.000	-
<b>Não circulante</b>	<b>288.915</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>296.990</b>	<b>352.719</b>

Movimentação das debêntures

	2019	2018
	Valor	Valor
Saldo no início do período	352.719	351.624
Pagamento Debêntures parcela única	(350.000)	-
Emissão novas debentures	290.000	-
Apropriação de despesas (custos na captação) 2ª Emissão	1.259	1.373
Custo de emissão de novas debêntures	(3.031)	-
Apropriação de despesas (custos na captação).	1.512	-
Pagamento de juros	(18.708)	(27.058)
Apropriação de juros	23.239	26.780
<b>Saldo no final do período</b>	<b>296.990</b>	<b>352.719</b>



## Valor justo de debentures

Os valores contábeis e o valor justo de debentures não circulantes são os seguintes:

Valor contábil	Valor Justo	Diferença
296.990	291.578	(5.412)

O valor justo das debêntures classificados como custo amortizado baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de risco de 6,86% para a Qualicorp Benefícios e 6,46% para a Companhia.

## 15. DÉBITOS DIVERSOS

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Aporte de sinistralidade (a)	14.761	14.761	-	-
Valores Identificar Seguradoras/Operadoras (b)	13.786	13.843	4.292	6.895
Fornecedores Diversos	8.547	9.593	4.828	4.829
Obrigação com pessoal	8.003	9.409	8.063	8.297
Reembolso de despesas a pagar	5.799	5.799	8.389	8.389
Depósitos não identificados	5.312	5.357	8.980	9.173
Repasse de custos a pagar (c)	3.687	3.687	5.808	5.808
Aquisição de intangível a pagar	2.095	2.095	1.195	1.195
Devolução solicitada pelo beneficiário (RN412)	926	1.397	4.196	4.426
Aquisição de ativo imobilizado a pagar	435	435	1	225
Outros	3.667	6.523	7.842	9.538
<b>Total circulante</b>	<b>67.018</b>	<b>72.899</b>	<b>53.594</b>	<b>58.775</b>
<b>Não Circulante:</b>				
Seguros a pagar	3.268	3.268	4.902	4.902
Aquisição de Intangível a Pagar	200	200	6.926	6.926
<b>Total não circulante</b>	<b>3.468</b>	<b>3.468</b>	<b>11.828</b>	<b>11.828</b>
<b>Total Geral</b>	<b>70.486</b>	<b>76.367</b>	<b>65.422</b>	<b>70.603</b>

- (a) Refere-se a contrato de aporte de sinistralidade junto às operadoras.
- (b) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia.
- (c) Refere-se à prestação de serviço de emissão de boletos para usuários de planos de saúde vinculados a Qualicorp Benefícios conforme nota explicativa 11.1.ii.



## 16. PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS

Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis e de sinistralidade, para as quais, com base na opinião e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Cíveis (a)	23.389	23.782	21.306	21.714
Regulatório - ANS (b)	12.439	13.454	13.506	13.830
Trabalhistas e previdenciárias (c)	3.751	3.751	1.093	1.093
Total	39.579	40.987	35.905	36.637

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2019:

- (a) A Companhia é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$23.389 e R\$23.782 na controladora e consolidado, respectivamente (R\$21.306 e R\$21.714 em 2018 na controladora e consolidado, respectivamente) avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão para contingências, e R\$40.618 e R\$41.657 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$23.785 e R\$24.511 em 2018 na controladora e no consolidado, respectivamente) avaliados como perda possível, para os quais, não foram constituídas provisões.

As principais causas versam sobre (i) exigência de coberturas de procedimentos médicos não previstos no contrato de assistência à saúde coletiva por adesão ou no rol de procedimentos da ANS, cuja responsabilidade recai, única e exclusivamente, sobre as operadoras de planos de assistência à saúde, conforme legislação em vigor; (ii) questionamento sobre a aplicação do reajuste de preço do plano de saúde por mudança de faixa etária e também pelo reajuste anual do indivíduo; (iii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades se encontram em fase de discussão na esfera administrativa e/ou judicial; (iv) reajuste anual e (v) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança junto ao Serasa de mensalidades em atraso não quitadas.

- (b) A Companhia é parte passiva em processos regulatórios em andamento, sendo o montante de R\$12.439 e R\$13.454 na controladora e consolidado, respectivamente (R\$13.506 e R\$13.830 em 2018, na controladora e consolidado, respectivamente) avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão para contingências, e R\$18.429 e R\$18.574 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$43.781 e R\$45.611 em 2018 na controladora e no consolidado, respectivamente) avaliados como perda possível, para os quais, não foram constituídas provisões.

- (c) A Companhia é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões para contingências constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$3.751 Controladora e Consolidado (R\$1.093 em 2018 Controladora e Consolidado). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$4.563 Controladora e Consolidado (R\$28.092 em 2018 Controladora e Consolidado), não foram constituídas provisões.

O quadro a seguir apresenta a movimentação dessas provisões para os períodos indicados, no consolidado:



	31/12/2018	Adições	Reversões	31/12/2019
Cíveis	21.714	9.214	(7.146)	23.782
Regulatório - ANS	13.830	8.661	(9.037)	13.454
Trabalhistas e previdenciárias	1.093	3.493	(835)	3.751
<b>Total</b>	<b>36.637</b>	<b>21.368</b>	<b>(17.018)</b>	<b>40.987</b>



Consolidado	31/12/2017	Adições	Reversões	Movimentação para riscos reembolsáveis	31/12/2018
Cíveis	26.356	5.470	(10.178)	67	21.715
Regulatório	13.550	8.415	(8.135)	-	13.830
Trabalhistas e previdenciárias	839	827	(574)	-	1.092
Total	40.745	14.712	(18.887)	67	36.637

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social da Companhia é de R\$276.366, representado por 496.715.989 ações ordinárias.

A participação dos acionistas no capital social da Companhia é a seguinte:

Acionistas	Ações Ordinárias	
	2019	2018
Qualicorp Consultoria e Corretora de seguros S.A	496.715.989	496.715.989
Total	496.715.989	496.715.989

### Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

O dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia.

A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório.

	2019	2018 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	387.876	384.508
Antecipação de dividendos intercalares no exercício	(313.679)	(143.399)
% dos dividendos intercalares sobre o lucro líquido do exercício	81%	37%
Dividendo adicional proposto a pagar	74.198 (b)	232.591(a)
Valores líquidos não distribuídos, reapresentados	-	8.517

(a) Esse montante foi pago em 10 de maio de 2019.

(b) A destinação será referenda pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que será realizada até 30 de abril de 2020, e estão demonstrados na rubrica “Dividendo Adicional Proposto”.

### Reserva legal



Conforme estabelece o Estatuto Social, a Companhia deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019 o saldo é de R\$ 55.273 pois atingiu o índice de 20%.

## 18. DESPESAS POR NATUREZA

A demonstração do resultado é apresentada por função. Apresentamos a seguir o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde</b>				
Repasse financeiros de contratos de adesão (a)	80.238	84.535	83.221	87.019
Outros custos de serviços prestados	23.107	23.350	19.716	20.149
Aporte de sinistralidade (b)	22.643	22.643	-	-
Despesas Judiciais	1.014	1.689	(4.370)	(4.428)
Serviços de cobrança e emissão de boletos (c)	623	623	3.207	3.207
<b>Total Outras despesas de Operações de Planos de Assistência à saúde</b>	<b>127.625</b>	<b>132.840</b>	<b>101.774</b>	<b>105.947</b>
<b>Despesas Administrativas</b>				
Gastos com pessoal	108.491	119.544	91.976	95.091
Gastos com serviços de terceiros (d)	90.504	101.730	96.073	97.527
Depreciações e amortizações (e)	64.508	68.044	66.026	70.602
Auto de infração ANS (f)	40.956	43.059	24.710	25.691
Despesas judiciais	27.807	28.414	33.019	33.697
Gastos com localização e funcionamento (g)	25.215	27.265	15.734	19.869
Despesa com publicidade e propaganda	7.296	9.002	7.252	7.318
Outras despesas administrativas	31.434	32.375	24.554	26.535
<b>Total de despesas administrativas</b>	<b>396.211</b>	<b>429.251</b>	<b>359.344</b>	<b>376.330</b>
<b>Total despesas por natureza</b>	<b>523.836</b>	<b>562.091</b>	<b>461.118</b>	<b>482.277</b>

(a) Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridas nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão

(b) Refere-se a contrato de aporte de sinistralidade firmado junto as operadoras.

(c) Refere-se a prestação de serviços de cobrança e emissão de boletos para os usuários de planos de saúde vinculados à Companhia realizada pela Qualicorp Administração e Serviços Ltda.

(d) Refere-se, substancialmente, a serviços de “call center”, consultoria, advogados, auditoria, “service desk” e logística.



- (e) Refere-se, substancialmente, a amortização dos contratos de cessão de direitos e obrigações.
- (f) Aumento decorrente principalmente por maior volume de notificações da ANS.
- (g) Refere-se, substancialmente, a despesas com correios, aluguéis e condomínios e taxas e contribuições (ANAB-Associação Nacional das Administradoras de Benefícios).

## 19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
Receitas financeiras:				
Rendimentos com aplicações financeiras	25.587	27.423	28.481	29.381
Juros e multa sobre recebimentos em atraso de contratos com risco de inadimplência (a)	26.490	28.018	26.261	27.781
Outras receitas	1.999	2.000	129	130
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>54.076</b>	<b>57.441</b>	<b>54.871</b>	<b>57.292</b>
Despesas financeiras:				
Atualização monetária sobre debêntures (nota explicativa nº14)	(23.239)	(23.239)	(26.780)	(26.780)
Despesas Bancarias	(18.653)	(22.724)	(18.972)	(23.107)
Descontos concedidos	(11.016)	(11.349)	(11.234)	(11.341)
Custo de Captação de Debêntures (nota explicativa nº 14)	(1.513)	(1.513)	(1.373)	(1.373)
Outras despesas	(2.671)	(2.714)	(376)	(417)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(57.092)</b>	<b>(61.539)</b>	<b>(58.735)</b>	<b>(63.018)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(3.016)</b>	<b>(4.098)</b>	<b>(3.864)</b>	<b>(5.726)</b>

- a) Referem-se aos valores de juros e multas arrecadados pela Companhia e sua controlada nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão. Estes valores são recebidos dos beneficiários que efetuam a quitação de seus títulos após a data de vencimento.



## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	31/12/2019		31/12/2018 (Reapresentado)	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	588.308	594.339	587.227	588.537
Equivalência patrimonial	3.059	-	(1.632)	-
Subtotal	591.367	594.339	584.595	588.537
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(201.065)	(202.075)	(198.762)	(200.103)
Despesas Pré-Operacionais	-	(7.853)	-	-
Despesas não dedutíveis - outras	(2.549)	(2.558)	(1.105)	(1.117)
(Constituição)/reversão líquida de adições temporárias sem constituição de crédito tributário	-	(513)	-	(238)
Perdas com Créditos Incobráveis	(107)	(111)	(2.163)	(2.228)
Incentivo Fiscal	135	141	156	164
Prejuízo fiscal sem constituição de crédito tributário (a)	-	2.521	-	564
Juros sobre capital próprio	4.307	4.307	-	-
Outros	(1.153)	(322)	155	(54)
Total das despesas de IRPJ/CSLL	(200.432)	(206.463)	(201.719)	(202.986)
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	33,89%	34,74%	34,51%	34,49%

- (a) Esses valores referem-se à prejuízos fiscais apurados nas controladas que não há perspectiva de realização.

## 21. INFORMAÇÕES DESCRITIVAS SOBRE OS SEGMENTOS REPORTÁVEIS

- a) Descrição dos serviços que são responsáveis pelas receitas do segmento reportável.

A Companhia e sua controlada (Clube de Saúde) são responsáveis pela gestão e administração dos benefícios coletivos por adesão relacionados aos planos de saúde e/ou odontológicos, nas quais as principais atividades desempenhadas são: a reunião de pessoas jurídicas contratantes; contratação de plano privado de assistência à saúde coletivo, na condição de estipulante ou administrador, a ser disponibilizado para as pessoas jurídicas legitimadas para contratar; oferecimento de planos para associados das pessoas jurídicas contratantes; apoio técnico na discussão de aspectos operacionais; apoio à área de recursos humanos na gestão de benefícios do plano; terceirização de serviços administrativos; movimentação cadastral; conferência de faturas; cobrança ao beneficiário por delegação; consultoria para prospectar o mercado, sugerir desenho de plano e modelo de gestão.

- b) Mensuração de lucro, ativos e passivos por segmento operacional

As políticas e práticas contábeis do Segmento Afinidades são as mesmas descritas na nota explicativa nº 3. A Companhia avalia o desempenho do segmento reportável com base no lucro antes dos juros,



resultado financeiro, depreciação, amortização e provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Não faz parte do resultado por segmento as provisões para causas judiciais tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatório, e as despesas administrativas compartilhadas não são alocadas aos segmentos.

c) Fatores utilizados pela Administração para identificar o segmento

O Segmento Afinidades é a unidade de negócio que concentra 92,81% do resultado da Companhia.

Esta unidade, no Grupo Qualicorp, é gerenciada separadamente dentro do modelo de gestão utilizado pelos administradores da Companhia.

O Segmento Afinidades utiliza a maior parte dos recursos da Companhia, como por exemplo, movimentação cadastral dos beneficiários juntos às operadoras/seguradoras, faturamento e cobrança dos benefícios, baixa dos recebimentos e quitação das faturas e dos repasses financeiros às entidades de classe, etc. Todas as receitas e despesas diretas dos segmentos são identificadas em 2019 nos Sistema ERP – SAP (RM, SAP e Protheus em 2018), que possui arquitetura de centro de custos elaborada exclusivamente para a identificação dos segmentos e demais despesas não alocadas.

d) Informações geográficas do segmento reportado - consolidado

A Companhia possui todas as suas atividades no mercado interno e segmento afinidades apresenta a distribuição do seu faturamento líquido de cancelamentos nas seguintes unidades federativas:

Segmentação regionalizado (Consolidado)	31/12/2019		31/12/2018	
	Vidas	% Partic. Mercado	Vidas	% Partic. Mercado
Sudeste	887.566	68,01%	855.618	67,89%
Nordeste	258.967	19,84%	254.022	20,16%
Centro Oeste	65.930	5,05%	90.015	7,14%
Sul	65.674	5,03%	41.839	3,32%
Norte	26.847	2,06%	18.742	1,49%
Total do segmento Afinidades	1.304.984	100,00%	1.260.236	100,00%

e) Informações sobre os principais clientes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os principais clientes do segmento Afinidades originaram faturamentos de R\$ 123.578, R\$ 118.056 e R\$116.135 o que corresponde a uma participação de 6,36%, 6,11% e 5,90% sobre o faturamento do segmento Afinidades.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os principais clientes do segmento Afinidades originaram faturamentos de R\$125.714, R\$122.770 e R\$106.662, o que corresponde a uma participação de 6,48%, 6,33% e 5,50% sobre o faturamento do segmento e 5,68%, 5,42% e 5,33% sobre o faturamento consolidado.

## 22. PROGRAMA DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES E AÇÕES RESTRITAS

O Grupo Qualicorp possui programa de outorga de opção de compra de ações e ações restritas. São



elegíveis a esse plano os administradores, empregados e prestadores de serviços. O plano é administrado pelo Conselho de Administração de sua controladora, que tem poderes para tomar as medidas necessárias à sua manutenção, dentro das diretrizes aprovadas.

O saldo em 31 de dezembro de 2019 de ações que Companhia possui vigentes e aprovados em AGO:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Programa de opção de compra de ações (i)	-	1.225.000
Programa de entrega de ações restritas (ii)	6.302.632	-
Saldo total no período	6.302.632	1.225.000

#### i) Plano de outorga de opção de compra de ações

O total de ações destinadas ao programa é de 8% do total de ações de sua controladora, equivalentes a 21.427.370 ações conforme aprovado na AGE de 13 de junho de 2014, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2019, foram alocadas despesas de apropriação de opções outorgadas no montante de R\$171 (R\$562 em 2018).

O saldo deste plano foi totalmente liquidado em 2019, conforme segue:

Data da outorga	Preço de exercício médio ponderado	Volatilidade média ponderada estimada do preço da ação	"Dividend yield" esperado das ações	Valor justo na data da concessão	Taxa de retorno livre de risco	Taxa de abandono	Data e validade	Quantidade de opções	Exercidas	Canceladas	Saldo
03/03/2011	7,21	42,91%	0,03%	4,12	11,89%	0%	03/03/2016	3.814.707	(3.028.993)	(785.714)	-
31/05/2011	9,52	43,67%	0,03%	3,84	11,67%	0%	31/05/2016	33.475	-	(33.475)	-
30/04/2012	16,58	39,54%	0,00%	4,91	3,07%	5%	30/04/2017	1.352.663	(1.033.474)	(319.189)	-
22/10/2012	19,2	37,67%	0,00%	4,37	2,34%	35,67%	22/10/2017	142.857	(142.857)	-	-
30/10/2012	2,8	37,55%	0,00%	16,87	3,12%	0%	22/10/2017	1.172.543	(1.172.543)	-	-
16/11/2012	21,3	36,99%	0,00%	4,4	2,34%	35,67%	16/11/2017	350.000	(87.500)	(262.500)	-
31/10/2013	16,79	33,71%	2,37%	8,63	4,51%	23,70%	31/10/2017	10.333.000	(7.208.000)	(3.125.000)	-
18/02/2014	16,79	32,81%	0,00%	7,65	5,27%	23,70%	18/02/2017	200.000	(50.000)	(150.000)	-
07/03/2014	18,41	32,64%	2,37%	7,83	5,19%	23,70%	31/03/2018	1.650.000	(662.500)	(987.500)	-
13/06/2014	20	33,00%	2,37%	9,72	5,17%	23,70%	13/06/2018	6.680.000	(4.314.000)	(2.366.000)	-
12/08/2014	26,39	32,70%	2,37%	8,8	5,07%	23,70%	12/08/2018	650.000	(237.500)	(412.500)	-
04/11/2014	25,8	32,01%	2,37%	8,23	5,45%	23,70%	04/11/2018	4.000.000	(3.000.000)	(1.000.000)	-
16/12/2015	15,95	33,32%	2,37%	3,55	7,05%	23,70%	16/12/2019	750.000	(437.500)	(312.500)	-
08/07/2016	16,18	43,98%	2,37%	19,35	5,85%	23,70%	30/04/2017	3.170.000	(3.145.000)	(25.000)	-
18/01/2017	18,81	46,52%	2,37%	19,72	5,67%	32,22%	18/01/2021	1.000.000	(1.000.000)	-	-
Total	16,12							35.299.245	(25.519.867)	(9.779.378)	-



## ii) Plano de entrega de ações restritas

Em Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de sua controladora aprovou um plano de entrega ações restritas, o qual também é administrado pelo Conselho de Administração com poderes de tomar as medidas necessárias à sua manutenção dentro das diretrizes aprovadas. Até 31 de março de 2019, o novo plano não deliberou nenhuma ação restrita.

Em contrato celebrado em 9 de maio de 2019 o novo plano absorveu a outorga de 5.700.000 opções, nos termos do instrumento particular de entrega de ações (“Plano de entrega de ações restritas”).

As principais características do plano são as seguintes:

- a. As ações restritas passarão a ser devida aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação diferente do Conselho de Administração, na proporção de 25% das ações, na data de cada aniversário de celebração do contrato;
- b. O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações de sua controladora, equivalentes a 11.287.073 ações em 31 de março de 2019, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria.
- c. O prazo máximo para o exercício das opções outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção.
- d. As ações poderão ser entregues como parte do Pagamento da participação do resultados e lucros da Companhia; e
- e. O preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 S. A no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga.

Em contrato celebrado em 26 de dezembro de 2019, foi constituída uma nova outorga de 516.000 ações restritas aos novos membros da administração da Companhia, nas mesmas características do plano outorgado em 9 de maio de 2019, com exceção do item a. cujo percentual foi de 33%.

Em 31 de dezembro de 2019, foram alocadas despesas de apropriação das ações restritas pela Companhia no montante de R\$18.726, sendo R\$12.932 alocados no patrimônio líquido (11.918 líquido de impostos) e R\$5.794 no passivo de encargos.

Até 31 de dezembro de 2019, a movimentação das ações restritas no exercício é a seguinte:

Data da outorga	Valor justo na data da concessão	Taxa de abandono	Data e validade	Quantidade de opções	Concedidas	Exercidas	Canceladas	Saldo
09/05/2019	17,2	24,40%	09/05/2023	5.700.000	767.415	(141.830)	(538.953)	5.786.632
26/12/2019	38,1	24,40%	26/12/2022	516.000	-	-	-	516.000
				6.216.000	767.415	(141.830)	(538.953)	6.302.632

Para 31 de dezembro de 2019, o período de duração contratual médio ponderado restante é de 1.579 dias (não deliberadas ações deste plano em 2018).

## 23. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui os seguintes compromissos relevantes:



a) Planejamentos para aquisição de bens do ativo intangível (software em desenvolvimento) previstos para exercício social 2020 no montante de R\$14.408, 2021 R\$ 13.256 e 2022 R\$ 1.220 (não auditados).

b) Compromissos para prestação de serviços de “call center” assumidos de R\$39.272 para o ano de 2020, (não auditados).

As despesas incorridas com esse contrato no exercício social de 2019 foram de R\$35.206 (R\$32.942 em 2018).

c) Contratos de locação de seus escritórios: compromissos já assumidos para o exercício social de 2020 R\$ 5.105, R\$5.105 para 2021 e R\$5.105 para 2022 (não auditados).

As despesas incorridas com esses contratos no exercício social de 2019 foram de R\$ 5.105 (R\$32.942 em 2018).

## 24. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm seguros sobre seus bens para a cobertura de eventuais perdas os quais são considerados suficientes pela Administração, como segue:

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Garantia de processos administrativos (*)	Garantia decorrente a processos administrativos – Órgão Público	499.749
Edifícios, instalações, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a edificações, lucros cessantes decorrentes de incêndios, instalações, máquinas e equipamentos, responsabilidade civil, operações e empregador.	8.940
Veículos	Perdas e danos ou reparações pecuniárias	21

(\*) A Companhia e suas controladas firmaram novos seguros sobre garantia judicial para execução fiscal. Este seguro garante única e exclusivamente, os débitos oriundos da discussão de dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL, das despesas com Ágio no calendário de 2015 a 2017.



## 25. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO E CAIXA OPERACIONAL

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	2019		2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	588.308	594.339	586.227	588.537
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	63.707	67.171	66.534	71.109
Perda por redução ao valor recuperável	-	356	4.287	4.287
Equivalência patrimonial	3.059	-	(1.632)	
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	207	207
Opções outorgadas reconhecidas	171	171	562	562
Ações restritas	18.726	18.726	-	-
Receitas/Despesas financeiras	11.274	9.658	28.153	28.153
Provisão (reversão) para riscos	3.674	4.350	(4.117)	(4.175)
Participações no resultado	5.555	5.636	6.664	6.753
	<b>694.474</b>	<b>700.407</b>	<b>686.885</b>	<b>695.433</b>
<b>Variação dos ativos e passivos operacionais:</b>				
Aumento de créditos de operações com planos de assistência à saúde	(5.406)	(6.591)	(17.971)	(16.642)
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	(6.723)	(6.107)	(12.504)	(11.594)
Aumento (redução) de débitos de operações de administração de benefícios	(42.769)	(42.812)	75.107	75.074
Aumento (redução) de contraprestações / prêmios a restituir	(13.824)	(13.493)	5.370	5.392
Aumento (redução) de despesas antecipadas	1.255	(5.724)	(7.349)	(7.147)
Aumento (redução) bens e títulos a receber	78.510	73.735	(50.978)	(49.746)
Aumento (redução) de débitos diversos	(10.974)	(15.136)	(1.715)	381
Aumento (redução) de receita antecipada de contraprestações / prêmios	13.453	15.100	(1.797)	(351)
Aumento (redução) de créditos tributários e previdenciários	(10.477)	(10.528)	123	(893)
Aumento (redução) de aplicações financeiras	148.504	149.590	19.085	18.709
<b>Caixa proveniente das (utilizado nas) operações</b>	<b>846.023</b>	<b>838.441</b>	<b>694.256</b>	<b>708.616</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(148.493)	(153.492)	(122.119)	(122.972)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>697.530</b>	<b>684.949</b>	<b>572.137</b>	<b>585.644</b>

## 26. EVENTOS SUBSEQUENTES

### a) Aquisição Uniconsult

Em 4 de Dezembro de 2019, a Companhia, celebrou contrato de compra e venda de cotas e outras avenças com a Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. e seus controladores ("Uniconsult"), adquirindo 75% das cotas da empresa após aprovação da ANS por R\$ 24.750, onde foi realizado um pagamento inicial de 80% no montante de R\$16.735 (valor corrigido) no dia 7 de fevereiro de 2020 e o valor residual de R\$4.150 (valor passível de ajuste) será pago após 60 dias da data do pagamento inicial.



A Uniconsult é uma administradora de benefícios com foco na comercialização de produtos coletivos por adesão, com atuação em todo o território nacional. Em dezembro de 2019 possuía 34.911 mil beneficiários ativos.

A ANS aprovou a transação em 24 de janeiro de 2020, e a Companhia assumiu a posição de acionista em 6 de fevereiro de 2020.

#### b) Alienação Qsaúde

A AGE realizada em 30 de janeiro de 2020 analisou, aprovou e ratificou pelos acionistas a recomendação do Conselho de Administração dos seguintes termos: (i) alienação pela Companhia da totalidade das quotas de emissão da controlada Qsaúde Operadora de Planos de Saúde Ltda. para o Sr. José Seripieri Filho, nos termos da Proposta de Administração e contrato disponibilizado no valor de R\$ 51.083; (ii) todo e qualquer valor que tenha sido ou venha a ser custeado pelas vendedoras para pagamento de despesas e custos fixos e ordinários para fins de cumprimento das obrigações assumidas pela Qsaúde como parte do seu plano de iniciar suas atividades operacionais entre 31 de dezembro de 2019 até data de Fechamento, (iii) na concessão de liberação parcial e restrita das obrigações de não competição e não aliciamento de clientes, fornecedores, distribuidores e/ou parceiros comerciais, assumidas pelo Sr. José Seripieri Filho no Contrato de Assunção de Obrigação de Não Alienação de Ações e Não Competição de Negócios, celebrado com o Grupo Qualicorp em 28 de setembro de 2018; e (iv) na celebração de contrato de parceria comercial entre sua controladora, a Companhia e a Qsaúde para regular o oferecimento de produtos.

A efetivação da compra e venda está sujeita à aprovação Agência Nacional da Saúde, ANS que está analisando essa solicitação.

#### c) COVID-19

Informamos que até o momento a Administração não vislumbra impactos econômico-financeiros significativos em seus negócios.

## *27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas em forma definitiva pela Administração em 30 de março de 2020 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2019, quando aplicável.